DIREITO ROMANO

1.º Ano – TAN (1.º semestre 2021/2022)

Exame: 21 de Janeiro de 2022; Duração: 2h

I

I/1. Contexto e datação (sequência da Lei das XII Tábuas); as três leis e o seu conteúdo (*de plebiscitis; de provocatione(?)*; *de tribunicia potestate*); a finalidade destas leis (favorecimento da plebe).

I/2. Explicar no que consiste para este efeito o rogo; explicar o seu aparecimento; os comícios; as fases do processo legislativo; a mudança operada em 339.

I/3. Primeiro sistema conhecido de processo civil romano; o que entender por *legis* neste contexto; os tipos de acções de leis; os *certa verba*; o concurso do processo formulário c. 130 a.C. com *Lex Aebutia* (e, antes, a actividade do pretor peregrino); o seu (quase total) desaparecimento com as *leges Iuliae*.

I/4. Caracterização da *iurisdictio* (jurisdição); a sua identificação nos pretores urbano e peregrino. O cônsul em momento prévio ao pretor. Os edis e a importância dos seus edictos.

I/5. Identificação como género literário jurisprudencial romano; um dos tipos mais importantes. A importância dos *genera scribendi*. Os edictos objecto de comentário eram sobretudo os dos pretores, mas também os de edis curiis e governadores de província. Referência ao *EP*. Referência aos comentários edictais mais conhecidos e usados no Dig. (de Ulp. e de Paul.).

I/6. Surgimento; fundamento; tipologia, caracterização e distinção (edictos, mandatos, decretos e rescritos).

II

II/1. Forma de defesa do *dominium ex iure Quiritium* mais típico e mais antigo. Protótipo das acções reais (contraposição às acções *in personam*). Podia lançar mão da mesma o proprietário quiritário contra o possuidor formal ou *non dominus*. No processo das acções da lei: *legis actio sacramenti in rem* (recurso também à *actio in rem per sponsionem*). No processo formulário: *agere per formulam petitoriam*/reivindicação formulária.

II/2. Por ex.: *actio quanti minoris* ou *actio redhibitoria*. São acções edilícias no âmbito da compra e venda (*emptio venditio*), ambas por defeitos ou vícios na coisa vendida, não declarados ou declarados inexistentes, a primeira para redução do preço, a segunda para o comprador reaver o preço mediante restituição da coisa.

III

III/1. Gaio e a obra donde foi retirado o excerto; o conceito de fonte de direito; a articulação com o *ius publice respondendi ex auctoritate principis* (o confronto com outros passos relevantes sobre o tema: e.g. Pompónio); os efeitos do *i.p.r.* perante o pretor e o juiz; os reflexos do *i.p.r.* na jurisprudência (os dois grandes pólos historiográficos).

III/2. Justiniano e a compilação, em particular Dig. A reverência teve várias manifestações, uma das mais importantes foi que os passos contivessem *inscriptiones* com indicação da autoria, obra e número do livro; a *legum permutatio* operou de diversas formas, tendo sido desde logo assumida e franqueada pelas const. *Deo auctore* e *Tanta*: o problema das interpolações. A declaração em const. *Deo auctore* 4 (15-Dez.-530 d.C.) para que tudo fosse coligido sem repetições nem contradições e removendo o supérfluo e preenchido o imperfeito. A const. *Tanta/Dédoken* (16-Dez.-533 d.C.) também refere, numa frase que ficou famosa, que “muitas e importantes coisas foram por razões de utilidade transformadas” (“multa et maxima sunt, quae propter utilitatem rerum transformata sunt”: const. *Tanta* 10; a versão grega é ligeiramente diferente). As interpolações nas Instit.; o humanismo jurídico, a crítica interpolacionística (e os seus excessos e crítica: razões – a principal: a celeridade nos trabalhos e a falta de arquétipo levaram a que alterações fossem sobretudo formais, não tanto de conteúdo; a já mencionada *reverentia*), o método historicístico.

Cotações:

I: 3v cada; II: 4v; III: 7v